

to-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos PA:

SCH PA RES-QPfe 010661-F, Manuel Gonçalves, CRMOB.

Conta esta situação desde 30 de Novembro de 2004.
Transita para o ARQC desde a mesma data.

30 de Novembro de 2004. — Por delegação do Comandante de Pessoal da Força Aérea, após delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Director, *Victor Manuel Lourenço Morato*, MGEN/PILAV.

Repartição de Pessoal Civil

Despacho n.º 119/2005 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Outubro de 2004, do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, e por despacho de 19 de Agosto de 2004 do conselho de administração do Hospital de São Francisco Xavier, foi autorizada a transferência da assistente administrativa principal Ana Maria Carvalho Morão Ferreira da Silva Nobre, do quadro de pessoal do Hospital de São Francisco Xavier, para idêntico lugar que se encontra vago no quadro geral de pessoal civil da Força Aérea, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

20 de Dezembro de 2004. — O Chefe da Repartição, *Manuel Estalagem*, major.

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalaão	Índice
Maria de Nazareth Sousa Rocha	Funcionária	Carreira de técnico superior de serviço social	Técnica superior principal	1	510

2 — A funcionária mantém-se na situação de licença até ser colocada em actividade, tendo direito a receber vencimento a partir da data do respectivo início de funções, de acordo com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

3 — A afectação à DGAP produz efeitos a partir da data do presente despacho conjunto.

12 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Manuel Ferreira Teixeira*. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Despacho conjunto n.º 11/2005. — Considerando que Isabel Maria Duarte Bento, na situação de licença sem vencimento de longa duração desde 17 de Agosto de 1999, requereu ao Instituto Português de Oncologia de Francisco Gentil, Centro Regional de Oncologia

Nome	Vínculo	Carreira	Categoria	Escalaão	Índice
Isabel Maria Duarte Bento	Funcionária	Enfermagem	Enfermeira graduada	1	128

2 — A funcionária mantém-se na situação de licença até ser colocada em actividade, tendo direito a receber vencimento a partir da data do respectivo início de funções, de acordo com o n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 493/99, de 18 de Novembro.

3 — A afectação à DGAP produz efeitos a partir da data do presente despacho conjunto.

12 de Novembro de 2004. — O Secretário de Estado do Orçamento, *Manuel Ferreira Teixeira*. — A Secretária de Estado da Administração Pública, *Sofia de Sequeira Galvão*.

Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

Despacho n.º 120/2005 (2.ª série). — 1 — Pelo aviso publicitado na bolsa de emprego público e no *Diário de Notícias*, de 23 de Setembro do ano em curso, foi divulgado o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de director regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa — cargo de direcção intermédia de 1.º grau — ao qual cabem as competências definidas nos artigos 26.º e 27.º do Regulamento Orgânico e Funcionamento da DGAIEC, aprovado pela Portaria n.º 705-A/2000, de 31 de Agosto, e republicado em anexo à Portaria n.º 1067/2004, de 26 de Agosto.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Gabinetes dos Secretários de Estado do Orçamento e da Administração Pública

Despacho conjunto n.º 10/2005. — Considerando que a funcionária Maria de Nazareth Sousa Rocha, oriunda do Instituto de Assistência Social do ex-Estado de Angola, ingressou no quadro geral de adidos (OGA) em 18 de Abril de 1977, se encontrava na situação de licença sem vencimento por tempo indeterminado desde 1 de Abril de 1978 e requereu o seu regresso ao serviço;

Considerando que o pessoal do extinto QGA que se encontrava nesta situação ficou, consequentemente, abrangido pelo disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 42/84, de 3 de Fevereiro, conforme consta do *Diário da República*, 2.ª série, n.º 154, de 8 de Julho de 1985;

Ao abrigo do disposto na alínea c) do artigo 2.º, em conjugação com o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, e no Decreto-Lei n.º 296/91, de 16 de Agosto, determina-se:

1 — A afectação de Maria de Nazareth Sousa Rocha à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), na seguinte situação jurídico-funcional:

de Lisboa, S. A. (IPOFG — CROL) — a cujo quadro pertencia — o regresso à actividade.

Considerando que, face à transformação do IPOFG — CROL em sociedade anónima, o regresso da funcionária no quadro de pessoal de função pública existente no Instituto é legalmente inviável, atenta à sua natureza residual;

Considerando o preceituado nos n.ºs 1 e 2 do artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e a expressa remissão para o disposto na alínea d) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro;

Por força das disposições citadas e nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, determina-se:

1 — A afectação de Isabel Maria Duarte Bento à Direcção-Geral da Administração Pública (DGAP), na seguinte situação jurídico-funcional:

2 — Apreciações, de acordo com o preceituado no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (Estatuto do Pessoal Dirigente), os currículos dos três candidatos ao lugar, conclui-se ser o licenciado Gonçalo Barroso Silvério Marques o que melhor corresponde ao perfil pretendido para a prossecução dos objectivos e atribuições do serviço atrás identificado, pelo seguinte:

A sua comprovada experiência técnica, quer teórica quer prática, nas matérias de âmbito aduaneiro e dos impostos especiais sobre o consumo resultante do exercício de funções durante vários anos, em diversos serviços da DGAIEC;

A sua experiência em cargos dirigentes, sendo de destacar o cargo de director da Alfândega de Alverca, que vem desempenhando.

3 — Nestes termos e de acordo com o estipulado nos n.ºs 3, 4 e 5 da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, nomeio o reverificador assessor licenciado Gonçalo Barroso Silvério Marques, em comissão de serviço, pelo período de três anos, no cargo de director regional de Contencioso e Controlo Aduaneiro de Lisboa.

4 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

5 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional do nomeado.

30 de Novembro de 2004. — A Directora-Geral, *Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo*.

ANEXO

Nota relativa ao currículo académico e profissional

Licenciatura em Economia pela Universidade Católica de Lisboa, concluída em 1982.

Pós-graduação em Estudos Europeus, na vertente de Economia, pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, no ano lectivo de 1987-1988.

Curriculum profissional:

Entre 1983 e 1984 realizou um estágio na Companhia Carris de Ferro de Lisboa;

Em 12 de Março de 1984, ingressou no quadro da então Direcção-Geral das Alfândegas, na carreira técnica superior aduaneira, com a categoria de segundo-verificador superior, sendo desde 26 de Dezembro de 2002 titular da categoria de verificador assessor;

De 1990 a 1993 foi técnico superior na área da assessoria económica junto administração da INTERFINA — Sociedade Internacional de Investimentos, SGPS, S. A.;

De 7 de Fevereiro de 2000 até 27 de Novembro de 2002, desempenhou as funções de secretário do Conselho Técnico Aduaneiro;

Em 28 de Novembro de 2002 foi nomeado em regime de substituição no cargo de director da Alfândega de Alverca, que vem exercendo;

É possuidor de vasta formação na área aduaneira e foi formador na mesma área, designadamente no âmbito de estágios de ingresso nas carreiras de técnico verificador e de técnico superior aduaneiro;

Foi presidente de dois júris de concursos nas carreiras aduaneiras, sendo um de acesso e outro de ingresso.

Despacho (extracto) n.º 121/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Dezembro de 2004 do subdirector-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, licenciado João Martins, no uso dos poderes que lhe foram delegados pelo despacho n.º 22 765/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 8 de Novembro de 2004, e precedendo a anuência da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais:

Neomésia Emília Landim Lopes Nogueira Branco, assistente administrativa principal do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais — transferida para o quadro de pessoal desta Direcção-Geral com a mesma categoria, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2004. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Dezembro de 2004. — O Director de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, *Vasco Manuel de Carvalho Costa Ramos*.

Direcção-Geral do Património

Despacho n.º 122/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei para o provimento do cargo de director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas três candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato José Manuel dos Santos Estrela reúne os requisitos legais, possui vasta experiência, formação e conhecimento organizacional relacionados com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargo de direcção intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovadas pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Patri-

mónio, o licenciado José Manuel dos Santos Estrela, assessor principal do quadro do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Nota curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — José Manuel dos Santos Estrela.

Nascimento — 15 de Maio de 1949, Sé, Faro.

Função pública — assessor principal do quadro do pessoal do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça.

2 — Habilitações académicas — licenciatura em Engenharia Civil, ramo de Estruturas, pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa, em 1975, com média de 15 valores.

3 — Experiência profissional:

1975-1976 — engenheiro de 2.ª classe no Gabinete de Apoio Técnico de Beja da Comissão de Planeamento da Região Sul;

1976-1977 — director dos Serviços Técnicos dos Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento da Câmara Municipal de Almada;

1977-1987 — Departamento de Contratos de Desenvolvimento do Fundo de Fomento da Habitação;

1987-1988 — chefia do Gabinete de Estudos Técnicos e de Apreciação de Projectos do Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado;

1988-1994 — director de serviços de Instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

1994-1998 — chefe de serviços de Office da Informática da sociedade Parque Expo98, S. A.;

1999-1999 — assessor informático da sociedade JAE — Construção S. A.;

1999-2002 — director do Departamento de Informática do ICOR — Instituto para a Construção Rodoviária;

2003 — chefia da informática do IGFPJ — Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça;

2003-2004 — director de serviços do Núcleo de Informática da Direcção-Geral do Património.

Despacho n.º 123/2005 (2.ª série). — De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia, a que se reportam os n.ºs 1, 2 e 4 do artigo 2.º da mesma lei, deve ser efectuado de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo, adequadas ao cargo a exercer.

Cumpridos os procedimentos de selecção determinados no n.º 1 do artigo 21.º da aludida lei para o provimento do cargo de director de serviços Administrativos da Direcção-Geral do Património, foram apresentadas quatro candidaturas, sendo que, de acordo com o disposto no n.º 2 do mesmo artigo, a escolha deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço.

Analisadas as candidaturas apresentadas, verifica-se que o candidato António Adriano de Matos da Silva Almeida reúne os requisitos legais, possui vasta experiência, formação e conhecimento organizacional relacionados com as actividades a desenvolver, designadamente experiência em cargo de direcção intermédia na área do cargo a prover, cabalmente comprovadas pela nota curricular anexa, correspondendo, assim, ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos constantes do artigo 9.º do Decreto Regulamentar n.º 44/80, de 30 de Agosto, e do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 518/79, de 28 de Dezembro.

Nestes termos:

Nomeio, em comissão de serviço, para exercer o cargo de director de serviços Administrativos da Direcção-Geral do Património, o licenciado António Adriano de Matos da Silva Almeida, inspector principal do quadro da Inspeção-Geral da Segurança Social e do Trabalho.

23 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *Francisco Maria Ramalho*.

Curriculum académico e profissional

Nome — António Adriano de Matos da Silva Almeida.

Data de nascimento — 26 de Dezembro de 1965.

Naturalidade — Coimbra (Sé Nova).

Habilitação académica — licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Carreira profissional:

Técnico superior de 2.ª classe do Tribunal de Contas (de 2 de Janeiro de 1995 a 30 de Setembro de 1997);